



## O suicídio de Vargas

“Atire na linha-d’água!”, ordenou o ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, ao comandante da Artilharia de Costa, general Correia Lima. Isso afundaria o cruzador Tamandaré, um dos principais navios de guerra da Marinha, que tentava deixar a Baía de Guanabara em direção a Santos. Sua tripulação de 1.150 homens corria sério risco, tanto quanto alguns passageiros não habituais que haviam embarcado no Arsenal da Marinha da Ilha das Cobras – inclusive o presidente da República, Carlos Luz. Tempos depois, o general Lott buscava se justificar: “É melhor perdermos o navio com quem está a bordo do que ter guerra civil no Brasil”.

A ordem foi parcialmente cumprida: os disparos dos canhões dos fortes de Copacabana e do Leme ecoaram pela cidade e assustaram os moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, que, temerosos, estenderam lençóis brancos nas janelas. Foi a última vez em que tiros de guerra foram ouvidos na Baía de Guanabara. O objetivo de Lott era impedir que o navio deixasse a então capital da República porque

Carlos Luz pretendia instalar o governo federal em São Paulo. Naquela manhã de sexta-feira, 11 de novembro de 1955, o Brasil vivia mais um golpe de Estado.

O Forte do Leme havia içado sinal proibindo o trânsito de navios de guerra e, como o cruzador continuava buscando a saída da baía, o Forte de Copacabana deu tiros de regulação para adverti-lo. Em seguida, tentou acertar o navio, mas errou o alvo e o tiro caiu poucos metros à frente da embarcação. Passava por ali, naquele momento, o cargueiro italiano “Roberto Paiodi” e o Tamandaré tentou emparelhar com ele buscando proteção. Ainda assim, novos tiros de enquadramento foram dados pelo Forte do Leme, que contava com obuseiros gigantes Krupp de 280 mm, mas, graças ao nevoeiro daquela manhã e à estratégia de emparelhar com o cargueiro, o cruzador conseguiu passar pelas fortalezas da Lage, de São João e de Santa Cruz, que felizmente não dispararam, pois poderiam causar danos nos bairros de Botafogo e Urca. A embarcação, comandada pelo capitão de mar e guerra Sylvio Heck, navegava lentamente, com apenas duas de suas quatro caldeiras, porque estava em manutenção de rotina. Atingia a velocidade de 8 nós quando podia chegar a 32. Ficou sob bombardeio durante 22 minutos e, finalmente, cruzou a barra e buscou o alto-mar. Apesar de contar com poderosos canhões de 152 e 127 mm, o Tamandaré não reagiu aos disparos dos fortes. Se tivesse respondido aos tiros vindos das fortalezas, teria causado a morte de civis.

Esse episódio surpreendente – que poderia ter resultado em um bombardeio de maiores proporções e até na morte do presidente da República – tem sua origem em outro evento dramático, ocorrido no ano anterior, o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Para compreendê-lo, é preciso recuar no tempo e procurar conhecer algo desse que terá sido um dos mais importantes – se não o mais importante – personagens da história republicana do Brasil.

Em torno do nome de Getúlio Dorneles Vargas, gaúcho nascido na cidade de São Borja, em 1882, construiu-se mitologia que lhe atribui traços de sagacidade, embora Vargas, na verdade, fosse bastante irresoluto, tendo sido beneficiado pelas circunstâncias, mais do que por sua capacidade de decisão. Era, entretanto, muito carismático e sabia conquistar a simpatia das pessoas, adotando modos de homem comum (seus passeios a pé, pelas redondezas do palácio presidencial do Catete, no Rio de Janeiro, eram aguardados com curiosidade pelas pessoas). Ficou conhecido como “Pai dos Pobres”, em função de uma série de leis que decretou ou fez aprovar ao longo de seus governos em benefício dos trabalhadores. Permaneceu

muitos anos no poder, fase que se tornaria conhecida como “Era Vargas”, tantas foram as transformações pelas quais passou o Brasil sob o seu mandato. De fato, Vargas capitaneou processo de grande modernização institucional do país, mas governou com mão de ferro, enquanto pôde, inclusive com poderes ditatoriais. Para ele, “a maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderia ser feita em um regime em que predominasse o interesse das conveniências políticas e das injunções partidárias”. Desprezava os partidos, os políticos e a democracia. Segundo seu arqui-inimigo, Carlos Lacerda, “Getúlio era absolutamente incompatível com um regime democrático”. Ademais, pode-se afirmar que a Era Vargas foi marcada por grande violência, inclusive com conflitos militares: apesar do mito de que a história do Brasil é incruenta, isto é, sem batalhas com derramamento de sangue, Vargas chegou ao poder depois de confrontos sangrentos.

Tudo se iniciou com as disputas peculiares a uma sucessão presidencial. Em 1930, se encerraria o mandato do presidente Washington Luís, eleito em 1926. Natural da cidade fluminense de Macaé, o presidente, na verdade, tinha feito toda a sua carreira política em São Paulo. Ele seria o último representante da primeira fase do período republicano da história brasileira (1889-1930), Primeira República, segundo os historiadores, ou República Velha, como a intitulariam os que o afastaram do poder em 1930.

Durante a Primeira República, o pacto conhecido como “política dos governadores” garantia o apoio recíproco entre o governo federal e os governantes estaduais: com a eleição de bancadas legislativas estaduais favoráveis ao governo federal, as elites locais, ou “oligarquias”, conquistavam o apoio da Presidência da República para seus projetos. As eleições eram frequente e escandalosamente fraudadas, prática que se tornou conhecida como “eleição a bico de pena”: a apuração dos votos era feita pela própria mesa eleitoral, que adulterava as atas, inventando nomes, acrescentando votos e assim por diante.

Desde 1928, Washington Luís deu sinais de que romperia o acordo tácito que havia entre as elites oligárquicas de São Paulo – cuja riqueza econômica repousava na produção de café – e de Minas Gerais, estado com o maior contingente eleitoral do país e grande produtor de leite, daí advindo a expressão “política do café com leite”. São Paulo e Minas Gerais controlavam o poder nacional, alternando na Presidência da República políticos paulistas e mineiros. Washington Luís queria eleger outro paulista para o período 1930-1934 e fixou-se no nome de Júlio Prestes, presidente (como então eram chamados os governantes estaduais) de São Paulo. O presidente de Minas Gerais

sentiu-se traído e, em reação, articulou-se com o Rio Grande do Sul firmando um acordo, em junho de 1929, para o lançamento de um candidato de oposição que deveria ser gaúcho. O nome do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, logo se firmou. Curiosamente, Getúlio havia sido ministro da Fazenda de Washington Luís até dezembro de 1927, que se decidiu por seu nome em uma reunião com Júlio Prestes, então líder da bancada governista na Câmara dos Deputados. A indicação de Vargas para o ministério surpreendeu a todos, já que Getúlio nada entendia da matéria. Na repartição dos cargos do primeiro escalão a pasta ficara reservada a um gaúcho, supostamente o deputado Lindolfo Collor, que integrava a Comissão de Finanças da Câmara. Collor, entretanto, entrara em conflito com um dos principais apoiadores da candidatura do presidente, que, também por se julgar o verdadeiro condutor de sua política econômica, decidiu nomear Vargas.

Os integrantes da Aliança Liberal – nome adotado pelo grupo que se opunha a Washington Luís – lançaram plataforma que se baseava em críticas às práticas eleitorais corruptas da política dos governadores. Para o estabelecimento do que chamavam de “verdade eleitoral”, defendiam a implantação do voto secreto. Propunham também o fim das leis repressivas – especialmente a chamada Lei Celerada, que reprimia o movimento operário e opositores em geral – e a anistia para todos os implicados nas frequentes rebeliões ocorridas até então. A Aliança Liberal assumiu um discurso de modernização, embora Vargas e o candidato a vice-presidente da chapa, o paraibano João Pessoa, tivessem suas origens políticas justamente nos esquemas oligárquicos que agora criticavam. Eles defendiam um programa de reformas, que previa o combate à seca no Nordeste e a criação de ministérios – até então inexistentes – voltados para a saúde, a educação e o trabalho. Nesse particular, acenavam com propostas de grande apelo popular ao prometerem atender a bandeiras históricas do movimento operário da Primeira República: a adoção da jornada de oito horas de trabalho, do direito a férias e do salário mínimo.

O poder do governo federal, entretanto, era muito grande. Quase todos os estados passaram a apoiar a candidatura de Júlio Prestes, de modo que a derrota nas urnas era um horizonte bastante provável para a Aliança Liberal. Em função disso, suas correntes mais radicais passaram a defender a tese de que, confirmada a derrota, deveria ser desencadeada uma ação armada para a conquista do governo federal pela força. Isso contemplaria, sobretudo, os anseios revolucionários de exaltados que vinham de rebeliões anteriores contra o regime da Primeira República e preferiam a adoção de um regime ditatorial – os “tenentistas”.

### OS 18 DO FORTE ERAM 27

O tenentismo foi um movimento de inspiração militar que aconteceu aproximadamente entre 1920 e meados dos anos 1930. Seus integrantes eram oficiais de baixa patente, sobretudo tenentes, mas alguns civis também participaram. Críticos dos padrões políticos da Primeira República, contavam com apoio não organizado de setores das classes médias urbanas. Viviam grandes dificuldades profissionais e salariais (a promoção de um tenente podia demorar muitos anos). Voluntaristas, defendiam ações militares como principal forma de luta.

Eles ficaram bastante descontentes com a nomeação de um civil para o Ministério da Guerra, Pandiá Calógeras (1919-1922), feita pelo presidente Epitácio Pessoa. O candidato a sua sucessão – afinal vitorioso –, Artur Bernardes (1922-1926), havia sido acusado de ofender, em duas cartas, os militares. Bernardes negou as ofensas, as cartas se provaram falsas, mas os tenentistas passaram a lutar contra sua posse.

No início de 1922, os tenentistas começaram a planejar a derrubada de Pessoa buscando impedir a posse de Bernardes. No dia 5 de julho, algumas dezenas de oficiais estavam no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Juntamente com os soldados, somavam cerca de trezentos militares. Tiros de canhão foram ouvidos: era o início da revolta. Tropas fiéis ao governo cercaram o forte. No dia seguinte, os encouraçados Minas Gerais e São Paulo trocaram tiros com os revoltosos. Acuados, os líderes rebeldes liberaram os homens que não quisessem resistir. Muitos abandonaram o local. Restaram apenas 4 oficiais, 3 graduados, 16 soldados e 4 civis: 27 no total. Mas o cálculo errado feito pelo jornal *Gazeta de Notícias* perpetuaria a intrepidez dos “18 do Forte”. Na reportagem sobre a revolta, a *Gazeta* informou que o grupo, “que se compunha de três oficiais e quinze praças”, combateu “um inimigo duzentas vezes superior”.

Decidiram resistir de maneira destemida: apesar do aviso de que deveriam se entregar desarmados, saíram com armas em punho determinados a combater até a morte. Deixaram o forte, alguns desertaram. O tiroteio começou na praça Serzedelo Correia, entre as ruas Barroso e Hilário de Gouveia. Oito foram mortos. Um dos líderes, Siqueira Campos, foi gravemente ferido. Foi preso, conseguiu um *habeas corpus* e exilou-se no Uruguai até 1924, quando voltou clandestinamente ao Brasil. Siqueira Campos teria importante atuação na famosa Coluna Prestes – outro movimento de inspiração tenentista que marcharia por todo o Brasil entre 1924 e 1927. Neste ano, diante dos insucessos do movimento, Campos refugiou-se em Buenos Aires. Poderia ter papel destacado na Revolução de 1930 – movimento que incorporava várias bandeiras do tenentismo –, mas morreu em acidente aéreo, em maio de 1930, antes de a revolução ser deflagrada. A antiga rua Barroso hoje leva seu nome.

A campanha eleitoral foi extremamente agitada, com rumores de intervenção militar federal no Rio Grande do Sul, prisões de tenentistas e comícios que terminavam em tiroteios. De um modo ou de outro, no dia 1º de março de 1930, os brasileiros foram às urnas para a escolha do presidente, do vice e, também, dos deputados federais e de um terço dos senadores. O candidato de Washington Luís saiu vitorioso, conquistando mais de 57% dos votos. O resultado da eleição presidencial era esperado, mas as eleições proporcionais foram questionadas. Na época, não havia tribunais eleitorais como hoje em dia. Até então, os deputados eleitos tinham de ser aprovados por uma Comissão Verificadora dos Poderes da Câmara, que, frequentemente, não diplomava candidatos opositores – a chamada “degola”. Por imposição de Washington Luís, foi impedida a diplomação de dezenas de deputados da Aliança Liberal de Minas Gerais e da Paraíba, estados que apoiavam Vargas, criando grande descontentamento e acirrando os ânimos em favor da opção pelas armas. Além disso, o governo federal passou a tratar com hostilidade o Rio Grande do Sul, inclusive cancelando empréstimos já aprovados. Para culminar esse clima de ânimos exaltados, em julho o candidato derrotado à vice-presidência, João Pessoa, foi assassinado em Recife. O crime decorreu de motivações pessoais e de desentendimentos regionais, mas, naquele momento, os aliancistas culpavam o governo federal e transformaram João Pessoa em mártir. Com o apoio sobretudo dos tenentistas, eles acionaram uma rede nacional de conspirações preparando a ofensiva militar contra Washington Luís.

O movimento armado se iniciou no dia 3 de outubro de 1930. As batalhas foram sangrentas e resultaram na morte de muitas pessoas. Em Porto Alegre, os aliancistas tomaram as guarnições militares locais com facilidade. Ações semelhantes se deram em Minas Gerais, na Paraíba, no Ceará, em Pernambuco, no Pará e no Paraná. Colunas militares do Rio Grande do Sul marcharam rumo ao norte, objetivando conquistar Santa Catarina. O próprio Getúlio Vargas partiu de trem em direção ao Paraná como comandante em chefe do movimento, sendo aclamado, desde Porto Alegre e em todo o trajeto, como líder da “revolução”. Em Ponta Grossa, foi informado de que aconteciam sublevações na capital da República – onde populares destruíam as sedes dos jornais que apoiavam Washington Luís –, levando os quartéis a exigir a renúncia do presidente, que foi deposto e preso, assumindo o poder uma junta governativa provisória. Vargas chegaria

vitorioso ao Rio de Janeiro no dia 31 de outubro de 1930, sendo literalmente envolvido pela massa popular que o saudava de maneira efusiva. Da estação Central do Brasil, foi conduzido de carro diretamente ao Palácio do Catete, onde foi recebido por cadetes perfilados em continência, ouviu a execução do Hino Nacional e recebeu o governo da junta provisória.

Depois de sua chegada ao poder, Vargas suspendeu a Constituição de 1891, aposentou ministros do Supremo Tribunal Federal identificados com o regime anterior, dissolveu o Congresso Nacional, as assembleias legislativas, as câmaras municipais e afastou dirigentes estaduais e prefeitos municipais. Assumindo poderes discricionários, determinou o julgamento de “criminosos políticos”.

Desde o início, Getúlio Vargas teve de administrar divergências entre correntes liberais, que demandavam uma constituinte e a democratização do país, e os exaltados tenentistas. Premiava ora um, ora outro grupo e, principalmente, adiava decisões, forte marca de sua personalidade. Entretanto, concordava com os tenentistas em um ponto principal: o regime anterior seria uma falsa democracia, com práticas eleitorais corrompidas. Restabelecer as eleições e convocar uma constituinte imediatamente levariam ao retorno das práticas da República Velha. Segundo essa lógica, seria preciso que o Brasil vivesse mais tempo sob uma ditadura – como diziam claramente os tenentistas.

Algumas promessas de campanha foram imediatamente cumpridas: o Ministério da Educação e da Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foram criados ainda em 1930. Em 1932, foi aprovado o Código Eleitoral e instituída a Justiça Eleitoral. As grandes novidades foram a adoção do voto feminino e do voto secreto: até então, o voto era aberto e, sobretudo no interior, acompanhado por jagunços que pressionavam os eleitores mais pobres para que votassem de acordo com as orientações dos chefes políticos locais. A adoção da “cabina indevassável” garantia que o eleitor votaria em quem quisesse. A instituição dos tribunais eleitorais também foi importante para eliminar a “degola”.

A modernização institucional aconteceria em paralelo com episódios de violência. Em São Paulo, em 1932, eclodiu uma rebelião armada – a chamada Revolução Constitucionalista – que durou meses, clamando pelo fim do período discricionário, pela reabertura do Congresso e pela adoção de uma nova constituição. Uma Assembleia Nacional Constituinte afinal

instalou-se em 1933 e a nova constituição foi promulgada em julho de 1934. Teria vida curta. Em 1935, os comunistas promoveram um levante militar nas cidades de Natal, do Recife e no Rio de Janeiro. Foi uma iniciativa completamente atabalhoada que o governo dominou rapidamente, mas serviu de pretexto para o endurecimento do regime: com o beneplácito do Congresso, Vargas instituiu repressão política generalizada, não apenas contra os comunistas, mas contra qualquer opositor. Esse processo culminaria com a instalação de uma ditadura efetiva, o Estado Novo, em 1937, de coloração fascista, que duraria até 1945.

O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial, que eclodiu justamente durante o Estado Novo, com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália. A contradição entre lutar, externamente, contra o nazismo e o fascismo e viver, internamente, uma ditadura, foi a principal causa da queda de Getúlio Vargas, que acabaria deposto pelo Alto Comando do Exército em 1945. Durante o governo de seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que fora seu ministro da Guerra, Vargas retirou-se para sua cidade natal, São Borja, de onde sairia apenas para se tornar candidato vitorioso nas eleições presidenciais de outubro de 1950. Seu novo governo – que então surgiu de eleições democráticas – foi marcado por muitas disputas militares. Uma das principais iniciativas dessa fase, a criação da Petrobras, expressou o confronto entre “nacionalistas” e “entreguistas”, isto é, lideranças contrárias e abertas à participação do capital estrangeiro. Com a pressão da campanha “O petróleo é nosso”, a Petrobras recebeu o controle monopolista de todas as etapas da exploração do petróleo.

Em fevereiro de 1954, 81 oficiais superiores protestaram contra o governo com o chamado “Manifesto dos Coronéis”. Reclamavam contra o desaparecimento do Exército e a proposta de aumento do salário mínimo defendida pelo Ministério do Trabalho sob a alegação de que o salário mínimo quase atingiria os vencimentos máximos dos graduados – o que consideravam uma “subversão de todos os valores profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores”. As críticas ao governo se avolumaram e atingiram o auge após o atentado contra o jornalista e candidato a deputado federal Carlos Lacerda, feroz opositor de Vargas. Lacerda contava com proteção espontânea de oficiais superiores da Aeronáutica, entusiastas de sua pregação política e admiradores do brigadeiro Eduardo Gomes, que tinha reputação de herói por



sua participação na Revolta de 1922, no Forte de Copacabana, quando foi ferido. O brigadeiro teve atuação militar ativa nos combates que culminaram na deposição de Washington Luís. Criador do Correio Aéreo Nacional, teve papel destacado na contenção do levante comunista de 1935.

O atentado contra Lacerda levaria o governo Vargas ao fim. No dia 5 de agosto de 1954, após fazer palestra em uma escola, Lacerda voltou de carro para sua casa, na rua Tonelero, no bairro de Copacabana, acompanhado do major Ruben Vaz. Depois de se despedirem, eles foram alvo de tiros e o major caiu mortalmente atingido. Lacerda foi ferido no pé. O brigadeiro Eduardo Gomes interferiu junto às autoridades e conseguiu que a investigação do crime fosse conduzida pela Aeronáutica, por meio de inquérito policial-militar que se instalou na base aérea do Galeão, sendo essa a origem da expressão “República do Galeão” – que designava, como se vê, esse formidável grupo de pressão antigetulista. As investigações foram comprometendo, cada vez mais, o governo. De início, descobriu-se que o táxi que havia conduzido o atirador fazia ponto nas proximidades do Palácio do Catete. Logo depois, um integrante da guarda pessoal do presidente foi acusado. Ademais, as investigações comprovaram atividades de corrupção e troca de favores patrocinadas pelo chefe da guarda, cujos arquivos foram apreendidos, o que levou Getúlio Vargas a dizer que estava em um “mar de lama” – expressão que Lacerda e outros oposicionistas usaram para criticar ainda mais seu governo.

As pressões contra Getúlio Vargas se intensificaram. No dia 13 de agosto de 1954, o deputado federal mineiro pela União Democrática Nacional (UDN), Afonso Arinos de Melo Franco, excitado com a revelação de que a guarda presidencial de Vargas estava definitivamente envolvida no atentado, deixou-se levar pela facilidade com que, algumas vezes, fazia discursos impactantes, excedendo-se em recursos retóricos que chegaram às raias da ofensa pessoal contra Vargas e sua família. A Câmara dos Deputados, que funcionava no Palácio Tiradentes, exibia, nessa fase, grandes competições retóricas, com parlamentares disputando o posto de melhor orador por meio de discursos arrebatadores. Jornalistas e políticos saudosistas, que viveram aquele período, asseguram que, posteriormente, o parlamento brasileiro conheceria fase de verdadeira decadência, com o plenário vazio e discursos desinteressantes.

Afonso Arinos se arrependeria do discurso que fez naquele dia – “provavelmente o mais violento que já proferi”, diria ele no futuro – e

o renegaria, mas a bancada da UDN ficou exultante. Ele tentou corrigir sua fala na versão escrita que foi publicada pelos jornais no dia seguinte, mas a Câmara dos Deputados gravava os pronunciamentos dos deputados. Arinos disse que Vargas era um grande mentiroso, “o pai supremo da fantasmagoria e da falsidade”. Garantiu que, conforme as últimas descobertas, as investigações iriam além das salas públicas do Palácio do Catete, “chegando aos próprios aposentos da família presidencial”. Conforme o deputado, a guarda do palácio, uma “luzida corporação de bandidos”, teria tomado todas as providências para dar fuga aos criminosos. A equipe governamental de Vargas seria uma “malta de criminosos” e os negócios da República estariam sendo conduzidos “por egressos das penitenciárias ou pretendentes à cadeia”. Arinos qualificou Vargas como um “velho político”, comparou-o ao deus da mitologia grega que, embora sábio, sempre estava bêbado, carregado em um burro com o apoio de sátiros: um “Sileno gordo, pálido, risonho e com as mãos polpudas, tintas de sangue”. Por fim, dirigiu a Vargas um apelo pungente, “como presidente e como homem”, para que renunciasse:

Eu falo a Getúlio Vargas como presidente e lhe digo: [...] presidente, houve um momento em que V. Exa. encarnou, de fato, as esperanças do povo [...]. Mas eu digo a V. Exa.: preze o Brasil que repousa na sua autoridade; preze a sua autoridade, sob a qual repousa o Brasil. Tenha a coragem de perceber que o seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue. Observe que o seu palácio é o vasculhadouro [*sic*] da sociedade. Verifique que os desvãos da sua casa de residência são como o subsolo de uma sociedade em podridão [...] um governo que se irmana com criminosos [...]. Senhor presidente Getúlio Vargas, eu lhe falo como presidente: reflita na sua responsabilidade de presidente e tome, afinal, aquela deliberação que é a última que um presidente no seu estado pode tomar [...] E eu falo ao homem Getúlio Vargas e lhe digo: lembre-se da glória da sua terra [*referência ao Rio Grande do Sul*] e do ímpeto do seu povo [...] lembre-se, homem, de que, em seu sangue corre o sangue dos heróis e não se acumplicie com os crimes dos covardes e com a infâmia dos traidores [...] não permanecendo no governo, se não for digno desse governo que tão indignamente exerce.

No dia 23 de agosto, o Exército estava de prontidão. Marinha e Aeronáutica declararam-se em estado de alerta. Previa-se a derrubada de Vargas. Os militares exigiram sua renúncia. Depois de conturbada reunião ministerial no Catete, o país foi informado, na madrugada de 23 para 24, de que o presidente aceitara licenciar-se do cargo até a conclusão das investigações. Vargas, entretanto, após a reunião, retirou-se para seus aposentos e matou-se com um tiro no coração.

Após o suicídio, as rádios divulgaram, repetidamente, sob fundo musical dramático, a mensagem deixada pelo presidente, a chamada “carta-testamento”, documento sobre cuja efetiva autoria há controvérsias. Getúlio Vargas já havia refletido muito sobre esse documento, pois diversas vezes ele pensara em suicídio, sempre que se via diante de situações-limite, como ocorreu quando as batalhas de 1930 estavam prestes a se iniciar e quando deixou Porto Alegre de trem para assumir o poder. Em 20 de novembro de 1930, apesar de vitorioso havia menos de um mês, anotou em seu diário: “Quantas vezes desejei a morte como solução da vida”. A “carta-testamento” é um documento patético, de grande impacto, seguramente um dos mais conhecidos textos da história do Brasil. Nela, Vargas garantia que vinha lutando dia a dia em favor do povo, que, então, quedaria desamparado. Lamentava nada mais poder dar aos seus, “a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida”. Justificava o suicídio dizendo que, com sua morte, estaria sempre na memória do povo: “Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado”. O parágrafo final, a despeito de seu indiscutível efeito retórico, expressava a grande vaidade de Getúlio Vargas:

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Até o suicídio, havia manifestações pedindo a renúncia de Vargas, inclusive na TV, no rádio e em jornais como *O Estado de S. Paulo*. Em frente ao Catete, centenas de curiosos esperavam sua destituição. Na Faculdade de Direito de São Paulo, os estudantes portavam um “R” (de “renúncia”) na lapela. Na verdade, o governo de Vargas estava impopular, sobretudo por causa da crescente inflação e da conseqüente alta do custo de vida.

Esse clima de relativa insatisfação mudaria radicalmente com a notícia do suicídio e a divulgação da carta-testamento. O jornalista político Villas-Bôas Corrêa, que estava fazendo plantão na redação do *Diário de Notícias* na noite do dia 24 de agosto, conta que, na madrugada do dia 25, fez uma pausa nos trabalhos e, num botequim nas proximidades da redação, pôde ver os frequentadores comemorando a notícia de que Vargas se licenciara. Mais tarde, já pela manhã, quando caminhava pelas ruas, ouviu o locutor do famoso radiojornal *Repórter Esso* anunciando o suicídio e lendo a carta-testamento, ao mesmo tempo que presenciou a mudança de atitude das pessoas: “uma senhora [...] explodiu num ataque de ódio [...] xingando aos berros [...] os inimigos que forçaram o amigo dos pobres a pôr fim à vida”. De fato, manifestações tomaram conta da cidade. Portando paus e pedras, populares percorreram o Rio tentando apedrejar símbolos da campanha antigetulista, como a Rádio Globo, a *Tribuna da Imprensa* e a embaixada norte-americana. Em outras regiões do país também houve agitações. A popularidade de Vargas, parcialmente abalada pela crise de 1954, havia sido, entretanto, solidamente construída ao longo do Estado Novo graças ao forte aparato de propaganda política coordenado pelo famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O funeral de Vargas atraiu milhares de pessoas que desfilaram durante horas diante de seu corpo no Palácio do Catete. Cenas de choro convulsivo e desmaios foram frequentes. Na manhã do dia 25, o caixão foi levado ao aeroporto Santos Dumont, acompanhado por enorme cortejo, a fim de seguir para São Borja, onde o ex-presidente seria enterrado.

Muitos seriam responsabilizados pela morte de Vargas. Ainda no dia 24, logo após a notícia do suicídio, quando o deputado Afonso Arinos manifestou o seu pesar na Câmara dos Deputados, a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) retirou-se do plenário. O discurso do líder da UDN estava na memória de todos. Também Carlos Lacerda seria acusado pelo suicídio de Vargas, “passando de vítima a assassino”, como ele mesmo disse.

Entre as motivações imediatas do suicídio, alega-se que Getúlio também ficou desgostoso com o comportamento de seu ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, que não se mostrou decidido a resistir aos que pediam sua renúncia. Os generais estavam insatisfeitos com a licença, queriam a renúncia, mas Zenóbio garantiu-lhes que Vargas não voltaria ao poder – praticamente uma traição, conforme interpretou a família de Getúlio.

Com o suicídio de Vargas, assumiu o poder o vice-presidente Café Filho, que se desentendera com Getúlio quando, no auge da crise de 1954, sugeriu ao presidente que ambos renunciassem: no dia 22 de agosto, ele havia discursado no Senado dando conta de sua proposta de renúncia conjunta, ato que significou seu rompimento com Vargas. Café Filho era potiguar, nascido na cidade de Natal. Foi advogado “provisionado”, isto é, sem formação universitária, como permitia a legislação da época, defendendo pessoas pobres. Foi chefe de polícia da capital do Rio Grande do Norte após a Revolução de 1930. Elegeu-se deputado em 1935 e alinhou-se ao Partido Social Democrático (PSD). Foi um grande crítico das medidas repressivas implantadas após o levante comunista de 1935 e, com a ditadura, em 1937, teve de se asilar na Argentina, cujas autoridades governamentais – observando recomendações do governo brasileiro – o confinaram na cidade de Córdoba pelas críticas que Café fazia ao Estado Novo. Foi autorizado a voltar ao Brasil em 1938, mas afastou-se da política até o fim do regime autoritário. Em 1945, foi eleito deputado federal e continuou criticando Getúlio. Tornou-se famoso, no ano seguinte, por sempre encerrar seus discursos com o bordão “Lembraí-vos de 37!”. Conquistou a simpatia dos jornalistas quando propôs um projeto estabelecendo o piso salarial da categoria. Graças a suas ligações com o político paulista Ademar de Barros, que apoiou a candidatura de Vargas em 1950, Café foi indicado candidato a vice-presidente da República, cargo para o qual foi eleito com 51 anos.

Café Filho, como vice-presidente no exercício da presidência, montou seu ministério com integrantes da UDN, partido que fizera forte oposição a Vargas. Havia grande expectativa em relação às eleições presidenciais, marcadas para 3 de outubro de 1955, e os grupos antigetulistas tudo fariam para impedir que getulistas voltassem ao poder. O alvo principal era Juscelino Kubitschek, candidato declarado do PSD. Juscelino governava Minas Gerais e foi o único governador que compareceu ao velório de Getúlio Vargas, além de Amaral Peixoto, genro de Getúlio que governava o estado do Rio de Janeiro.

Antevendo uma derrota eleitoral, esses grupos – abrigados, sobretudo, na UDN, partido liberal com perfil bastante conservador – passaram a defender que a futura eleição para presidente da República adotasse o sistema de maioria absoluta de votos, tese ardilosa que alteraria as regras de um jogo já em andamento. Segundo tal proposta, se nenhum candidato obtivesse maioria absoluta, o presidente seria eleito pelo Congresso Nacional. Projeto de emenda constitucional, nesse sentido, apresentado pelo senador Novais Filho, foi derrotado no início de setembro. Os udenistas associavam-se a militares antigetulistas, à frente dos quais se destacava o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato duas vezes derrotado à Presidência da República: em 1945, quando perdeu para o ministro da Guerra de Vargas, e em 1950, quando perdeu para o próprio Getúlio. Eduardo Gomes foi um líder importante na campanha contra Vargas após o atentado a Carlos Lacerda em 1954 e, depois do suicídio do presidente, tornou-se ministro da Aeronáutica de Café Filho.

Foi na condição de ministro que, no final de 1954, o brigadeiro assinou manifesto – juntamente com os ministros da Guerra, Teixeira Lott, e da Marinha, Amorim do Valle, entre outros chefes militares – encaminhando ao presidente da República sugestão para liderar movimento de união nacional, a fim de que fosse lançado um candidato único à Presidência da República por meio de “movimento altruístico de recomposição patriótica que permita a solução do problema da sucessão presidencial”.

Não havia propriamente um “problema da sucessão”, exceto para a UDN, que previa mais uma derrota. Entretanto, as motivações do brigadeiro Eduardo Gomes e do almirante Amorim eram bastante diferentes das do general Lott. Os primeiros planejavam eliminar a candidatura de JK com a manobra da candidatura única, mas Lott concordara em assinar o manifesto porque o documento garantia que o candidato não seria um militar. Ele era contra a intervenção dos militares na política. O general Henrique Lott tinha fama de disciplinado, cumpridor de regulamentos, e chegava a ser extravagante quando se mostrava preocupado em excesso com pontualidade e limpeza. Enrubescia facilmente, sobretudo quando se irritava. Segundo o militar e historiador marxista Nelson Werneck Sodré, Lott era um “militar profissional em estado de pureza” e a “personificação da ingenuidade, da boa-fé, da credulidade”. Foi levado ao Ministério da Guerra, como se chamava o Ministério do Exército até 1967 (e que deixaria de existir em

1999, incorporando-se o Exército na estrutura do então criado Ministério da Defesa, juntamente com a Marinha e a Aeronáutica), justamente por não ser identificado com nenhum dos grupos, getulistas ou antigetulistas, que marcavam a desagregação dos militares. Isto, apesar do sempre reiterado mito da “união das Forças Armadas”. Eduardo Gomes e Amorim do Valle tentaram atrair Lott para a estratégia que planejaram: no caso da vitória de JK, as eleições seriam questionadas junto à Justiça Eleitoral, que deveria ser submetida à intensa pressão dos militares. Lott não concordou.

O principal líder civil da campanha contra JK era o deputado federal pela UDN do Distrito Federal, Carlos Lacerda, alvo do atentado da Toneleiro, como vimos. Ele era dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, no qual publicava artigos pedindo a intervenção dos militares contra a candidatura de Juscelino. Com grande capacidade de comunicação, foi pioneiro no uso político da televisão, veículo ainda pouco difundido no Brasil, inaugurando na hoje extinta TV Tupi um programa que alcançou grande sucesso durante o qual explicava didaticamente ao público, usando um quadro-negro, suas posições políticas. Segundo Lacerda, “se as Forças Armadas viessem para as ruas, já teriam vindo ao encontro do desejo de muitos, que consiste em entregar a mãos fortes a sucessão presidencial para a reorganização completa do país”. Para o líder udenista, a candidatura de JK deveria ser afastada. Em uma de suas aparições da TV, antes do lançamento do nome de JK pelo diretório nacional do PSD, Lacerda fez uma previsão de impacto, em frase que se tornaria famosa, embora totalmente desmentida com o tempo: “Juscelino não será candidato. Se for candidato, não será eleito. Se for eleito, não tomará posse. Se tomar posse, não governará!”

O presidente Café Filho tentou fazer o que os militares e Lacerda queriam. Consultou alguns políticos e chamou Juscelino Kubitschek para uma conversa procurando convencê-lo a desistir da candidatura. Mostrou o manifesto dos militares a JK, mas garantiu que não o divulgaria. Café, entretanto, acabou por tratar publicamente do veto à candidatura de JK no final do mês de janeiro de 1955 durante o programa radiofônico *Hora do Brasil*. Ele acusou Juscelino de pretender “restaurar a ordem de coisas encerrada tragicamente” com o suicídio de Vargas e disse que a candidatura do mineiro havia sido lançada “sem maiores entendimentos com outras forças políticas” – como se isso fosse obrigatório. No dia seguinte, o *Correio da Manhã*, jornal

simpático à candidatura de Juscelino, publicou entrevista na qual JK se mostrou altivo em frase que alcançaria notoriedade: “Deus poupou-me do sentimento do medo”.

Outro componente explosivo dessa conjuntura foi a candidatura de João Goulart a vice-presidente da República pelo PTB. Na época, as regras estabeleciam que as eleições de presidente e de vice-presidente da República ocorriam separadamente, sendo possível a eleição de candidatos de chapas opostas. Mas, em dezembro de 1954, o PTB decidiu reeditar a aliança com o PSD, lançando o nome de João Goulart para vice de JK, o que deixou os antigetulistas em polvorosa. Jango – como João Goulart também era conhecido – havia sido ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e enfurecera os grupos conservadores ao sugerir um aumento de 100% do salário mínimo, proposta que levou à sua renúncia, embora o aumento tenha sido dado por Vargas em maio de 1954. A aliança entre Juscelino e Jango reunia as duas mais importantes estruturas partidárias do período, tendo em vista a penetração do PTB no eleitorado urbano e a força do PSD no campo. A aliança PSD/PTB já havia sido vitoriosa quando da eleição de Eurico Gaspar Dutra (lançado pelo PSD), em 1945, e em 1950, quando a vitória de Getúlio Vargas (lançado pelo PTB) deveu-se, em grande parte, ao apoio informal de muitos pessedistas ao ex-ditador, em prejuízo do candidato oficial do partido, Cristiano Machado – episódio que deu origem à expressão “cristianizar”, isto é, abandonar candidato oficial em favor de outro com maiores chances.

PSD, PTB e UDN eram os mais importantes partidos políticos do período compreendido entre 1945 e 1964, durante o qual, apesar de muitas atribulações, o Brasil experimentou eleições democráticas regulares. Houve eleição para presidente da República em 1945, 1950, 1955 e 1960, até que o golpe de 1964 interrompesse o processo e o regime militar extinguisse esses partidos – como veremos no capítulo “Desenvolvimento e retrocesso”. Havia agremiações menores, algumas com marca ideológica clara, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrata Cristão (PDC), outras que atendiam a interesses regionais, como o Partido Social Progressista (PSP), liderado pelo paulista Ademar de Barros, e mesmo o clandestino, mas atuante, Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922 – e que em 1960 adotaria o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla (em 1962, surgiria o dissidente PCdoB, que retomou o nome original).



Alguns analistas, até recentemente, entendiam que o sistema partidário brasileiro daquela época era frágil, e que partidos como o PSD e a UDN não teriam ideologias tão claramente definidas como os de outros países. Essa interpretação não prevalece mais: as eleições regulares eram acompanhadas com interesse pela população, que se identificava com esse ou aquele partido. O fim do PSD, do PTB e da UDN em 1965 foi um dos maiores prejuízos que a ditadura militar causou à democracia brasileira.

O PSD foi criado em 1945 a partir da reunião dos antigos interventores nomeados por Vargas durante o governo provisório após a Revolução de 1930, como Agamenon Magalhães, de Pernambuco, Amaral Peixoto, do Rio de Janeiro e Benedito Valadares, de Minas Gerais. Isso lhe dava uma grande vantagem, na medida em que esses homens controlavam as “máquinas” administrativas dos estados. O PSD tinha expressiva penetração entre o eleitorado rural e mais pobre, foi o partido com a maior bancada no Congresso Nacional e chegou a eleger dois presidentes da República (Dutra e JK).

O PTB também foi criado em 1945, a partir do movimento conhecido como “queremismo”, que, no final do Estado Novo, propôs o adiamento das eleições de 1945 e a permanência de Getúlio Vargas no poder (a expressão advém da frase “Queremos Getúlio”). Defensor dos direitos sociais e trabalhistas associados a Getúlio Vargas, o PTB organizou-se com muitas dificuldades, diferentemente do PSD, mas conseguiu grande penetração entre os trabalhadores urbanos e beneficiou-se da estrutura do Ministério do Trabalho, graças à relação que estabeleceu com líderes sindicais que seguiam a orientação oficial do governo, os chamados “pelegos”. Cresceria muito no período compreendido entre 1945 e 1964, inclusive em função da progressiva urbanização e industrialização do país, causando grande temor nos setores mais conservadores, que identificavam suas posições até mesmo com o comunismo. Candidatos comunistas usavam a sigla para concorrer em eleições parlamentares.

Contra o PSD e o PTB, ambos de inspiração getulista, a UDN, igualmente criada em 1945, tinha feição liberal, mas assumiu posições conservadoras e de defesa da moralidade. Seu lema era “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, frase de Thomas Jefferson. Seus líderes, oradores famosos como Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Lacerda, José Bonifácio Lafayette de Andrada, entre outros, faziam oposição cerrada a Getúlio Vargas e aos getulistas, sobretudo acusando-os de corruptos e antidemocráticos. Nas

campanhas presidenciais de 1945 e 1950, quando seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, foi derrotado, os comícios da UDN foram marcados por multidões agitando lenços brancos, símbolo da suposta pureza do partido que buscou ser identificado com as bandeiras do combate à corrupção e da moralização da política.

Apesar das pressões dos militares, das manobras de Café Filho e dos discursos de Carlos Lacerda, a campanha de Juscelino Kubitschek prosseguiu com muito sucesso, amparada na bem organizada seção estadual do PSD de Minas Gerais e no inegável carisma do candidato. JK tinha fama de bom administrador, havia feito uma gestão modernizadora quando prefeito da capital do estado (1940-1945), durante a qual fez muitas obras, em curto espaço de tempo, tornando-se conhecido como “prefeito furacão”. Sua obra mais famosa foi a criação do polo turístico da barragem da Lagoa da Pampulha, idealizado por ele e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Foi eleito governador de Minas Gerais em 1950 e desincompatibilizou-se do cargo em março de 1955 para concorrer à Presidência da República.

Nesse período, após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a sociedade brasileira dava-se conta, claramente, dos problemas que afligiam o país, como a miséria e o analfabetismo. Os jornais – e, a partir de então, cada vez mais, a TV – repercutiam tais problemas, faziam comparações com o estágio de desenvolvimento dos Estados Unidos e dos países europeus e cobravam soluções das autoridades. A crescente urbanização do país criava uma opinião pública que fazia demandas por serviços de transporte, de saúde pública, de saneamento básico e assim por diante. Os partidos políticos buscavam dar respostas a esses anseios. Conforme afirmou o literato Antonio Candido, entre as décadas de 1930 e 1950, transitamos de uma consciência amena do atraso brasileiro para a percepção trágica do subdesenvolvimento que marcava o país. JK soube traduzir expectativas e ocupar o espaço político que Vargas deixara vago. Viajou por todo o Brasil, com o apoio de empresários que cediam aviões, divulgando sua ousada proposta de modernização que pretendia dar ao Brasil “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. Seu ambicioso “Plano de Metas” previa investimentos públicos e privados, sobretudo em energia, transportes e industrialização. Graças a sua pregação e simpatia, JK tornou-se bastante popular. Para o PSD, partido oficialista e conservador, contar com um líder popular era um ganho político expressivo.

Enquanto a campanha de JK seguia a pleno vapor, a UDN hesitava enfrentando muitos problemas internos. O Partido Democrata Cristão (PDC), tendo em vista a proposta de busca do candidato único, havia sugerido, em março de 1955, o nome do chefe do Gabinete Militar de Café Filho, general Juarez Távora – que participara das rebeliões tenentistas durante a Primeira República e chefiara, no Nordeste, as ações armadas que resultaram na deposição de Washington Luís. No início de abril, o governador paulista Jânio Quadros, que buscava afirmar-se nacionalmente, fez uma proposta a Távora: em troca de seu apoio, pedia que Café Filho nomeasse alguns paulistas para o ministério. Távora respondeu que a nomeação de ministros era competência do presidente. Café Filho, porém, concordou com o pedido de Jânio e a candidatura de Távora foi lançada. O general, entretanto, não gostou da formalização do acordo porque dois amigos seus tiveram de deixar o cargo de ministro a fim de abrir espaço para os nomes indicados pelo governador paulista. Além disso, Jânio concordara com Café sobre o nome do candidato a vice, o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha, amigo do presidente, contrariando Juarez, que pretendia ouvir os partidos que o apoiariam para a escolha do vice. Surpreendentemente, Juarez Távora renunciou a sua candidatura. Munhoz da Rocha, que havia se desincompatibilizado do governo do Paraná, perdeu o cargo. Café Filho não se mostrava um articulador político habilidoso. Távora pediu exoneração da chefia do Gabinete Militar, Jânio Quadros conseguiu os ministérios da Fazenda, da Viação e a presidência do Banco do Brasil e a UDN partiu em busca de outro candidato. Fixou-se em Etelevino Lins, ex-governador de Pernambuco, mas seu nome não decolou. O partido acabou por apelar a Juarez Távora para que assumisse novamente sua candidatura. Finalmente, depois de tantas hesitações, em julho a UDN oficializou seu apoio a Távora, indicando para vice Milton Campos, presidente da legenda, pois Munhoz da Rocha havia sido “compensado” com o cargo de ministro da Agricultura.

As pressões contra a candidatura de JK continuariam. O presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), vice-almirante Pena Boto, exigia que o PTB e o Partido Socialista não participassem das eleições. Para Boto, que também era o comandante em chefe da Esquadra Brasileira, Juscelino não tinha condições morais para ser presidente e Goulart levaria o Brasil ao comunismo: “não podem voltar ao poder os homens que humilharam este país”. As eleições não poderiam ocorrer porque, segundo Pena Boto, 80% do eleitorado não tinha discernimento nem cultura cívica e eram influenciados pela demagogia.

As ideias de que os brasileiros eram despreparados para a democracia e vítimas de demagogos assombravam militares e civis. Em maio de 1955, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edgard Costa, encaminhou projeto de reforma eleitoral ao Congresso Nacional. A proposta de adoção de uma cédula oficial foi o item mais debatido. Desde 1842, não se exigia, como antes, que os eleitores assinassem as cédulas, o que permitia o voto dos analfabetos. A legislação eleitoral era ambígua em relação a eles: com a Lei Saraiva, de 1881, o eleitor deveria assinar um livro de presença depois da votação e, se não soubesse escrever, podia pedir a outro eleitor que o assinasse. A lei, entretanto, exigia que, nos futuros alistamentos, os cidadãos comprovassem saber ler. A República aboliu a exigência de renda para ser eleitor – que até então havia –, mas proibiu o voto dos analfabetos, embora tenha permitido a incorporação de eleitores analfabetos já alistados. Em 1950, deixou de ser possível o alistamento *ex officio* de eleitores, que existia desde 1932, e que consistia no envio de lista de eleitores funcionários públicos pelas respectivas repartições – o que funcionava como mecanismo de controle dos eleitores desse modo vinculados às determinações governamentais. O alistamento *ex officio* possibilitou, por exemplo, que o PTB, quando de sua criação, alistasse eleitores analfabetos.

O projeto de cédula oficial do ministro Edgard Costa criava um complicador para os analfabetos: no caso de eleições proporcionais, ao lado do nome do partido, o eleitor deveria escrever o número do seu candidato numa quadrícula ou marcá-la com “x” caso preferisse votar apenas na legenda. Segundo Costa, a cédula oficial permitiria expurgar do eleitorado os semianalfabetos. Ele concordava com a avaliação do jornal *O Estado de S. Paulo*: “sacrificam-se as populações adiantadas às conveniências dos analfabetos do interior”. A UDN adotou a ideia, mas o PSD e o PTB posicionaram-se contra. Depois de muita negociação, foi adotada a cédula única apenas para a eleição majoritária. A partir de sua adoção, a Justiça Eleitoral passou a fazer a impressão da cédula e ela conteria o nome de todos os candidatos na ordem do registro das candidaturas. Partidos e candidatos, até então, podiam imprimir cédulas apenas com os seus nomes. Com a nova legislação, as agremiações que quisessem imprimi-las poderiam fazê-lo, desde que obedecessem à ordem dos nomes. Isso implicou grande prejuízo para o PSD, que já havia imprimido muitas cédulas.

No dia 5 de agosto de 1955, houve vários eventos que lembraram a morte do major-aviador Rubens Vaz no atentado da rua Tonelero. Em cerimônia no Clube da Aeronáutica, o presidente do Clube Militar, Canrobert Pereira da Costa, fez um discurso severo, clamando pela união dos militares contra a qual estariam conspirando as “forças maléficas das paixões partidárias”. Sem citar diretamente JK, o general Canrobert atacou os “herdeiros políticos” do getulismo por não aceitarem a tese da candidatura única e garantiu que, após as eleições, qualquer que fosse o resultado das urnas, haveria intranquilidade e desordem. Disse também que o sistema político brasileiro era uma “mentira democrática” e que se vivia uma “pseudolegalidade imoral e corrompida”.

O discurso de Canrobert era bastante sombrio, mas, no fundo, o general expressava o dilema que caracterizava a atuação do Exército na política brasileira havia bastante tempo: o conflito entre a necessidade de um comando nacional unificado em torno de propósitos propriamente militares e as dissensões que afetavam os quartéis em função das inúmeras intervenções dos militares na política. Para Canrobert, as “sucessivas revoluções, intervenções e movimentos militares [...] desde [19]22, e mesmo antes, até [19]30, 32, 35, 37, 45 e 54” eram responsáveis por “danos infligidos à disciplina, à coesão, ao espírito militar e à formação moral” dos militares. O Exército via-se como uma espécie de poder moderador, na medida em que os militares julgavam as elites civis inferiores no que diz respeito à capacidade de entendimento dos problemas nacionais. Por isso, achava legítimo interferir na política sempre que entendesse necessário.

Essa vocação intervencionista dos militares seria estimulada, mais uma vez, por Lacerda, que, ainda em agosto de 1955, publicou artigo atacando diretamente as eleições e clamando, abertamente, por um golpe militar. O deputado pediu o adiamento das eleições, a implantação do parlamentarismo e a escolha de um primeiro-ministro militar, entre outras medidas, como o fim das legendas partidárias de pouca expressão eleitoral. Tratava-se, nas palavras de Lacerda, de um “golpe de Estado, na realidade, o contragolpe contra essas monstruosas eleições que se anunciam”. Visando minar a candidatura a vice-presidente de Goulart, Lacerda tentou envolvê-lo em escândalo que se tornaria conhecido como o episódio da “Carta Brandi”. A carta – que se provaria uma falsificação somente após as eleições –, assinada pelo parlamentar argentino Antonio Brandi, mencio-

nava supostas negociatas entre o governo Perón e Goulart. A comprovação de que se tratava de um documento falso não apenas desmoralizou Carlos Lacerda, como também desacreditou a tese de que os getulistas pretendiam estabelecer no Brasil um regime esquerdista apoiado em sindicatos, a suposta “república sindicalista”. Mas Lacerda continuaria sustentando essa ideia, que seria usada novamente no futuro, quando do golpe de 1964.

Nada, entretanto, foi capaz de impedir a vitória da chapa Juscelino-Jango no dia 3 de outubro de 1955. A apuração era lenta e iniciou-se com Juarez à frente. Uma semana depois, com a contagem dos votos do Nordeste e Minas Gerais, Juscelino ultrapassou o candidato udenista. Desconfiada, a UDN apresentou pedidos de impugnação, alegando fraudes eleitorais. Após a proclamação dos resultados, como JK obteve apenas pouco mais de 35% dos votos válidos, seus opositores retomaram a tese da maioria absoluta. Juarez Távora conseguiu uma votação razoável, cerca de 30% dos votos válidos, mesmo tendo feito campanha por um período menor e, sobretudo, considerando-se sua absoluta falta de traquejo político. Os perdedores chegaram a sustentar que a eleição de Juscelino e Jango era inválida porque ambos teriam recebido votos dos comunistas e, por isso, tais votos deveriam ser anulados, considerando-se a votação do PCB – então na clandestinidade – na eleição presidencial de 1945, de que participara com o candidato Iedo Fiúza. Os ministros da Aeronáutica e da Marinha, Eduardo Gomes e Amorim do Valle, tentaram obter o apoio do ministro da Guerra para pressionar o TSE, mas Henrique Lott dizia-se contra a interferência dos militares na política e a mudança das regras do jogo. Todos os argumentos contrapostos à eleição apresentados pela UDN e os militares antigetulistas cairiam por terra.

A partir de meados de outubro, frustradas todas as tentativas legais de impedir a posse de JK, surgiram sinais claros de preparação de uma ação violenta. O vice-almirante Pena Boto determinou que todos os navios fossem abastecidos e fez manobras no mar, de maneira não muito discreta, sob a alegação de que eram exercícios de rotina. Embora fosse um militar da ativa com o importante posto de comandante da Esquadra, Boto usou sua condição de presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista para, em entrevista ao jornal *O Globo*, afirmar: “é indispensável impedir que Juscelino e Jango tomem posse dos cargos para que foram indevidamente eleitos”. No Exército, porém, oficiais gerais tinham posição oposta, ou por terem alguma ligação com o getulismo – como era o caso do general Zenóbio da Costa –, ou por simples posição

legalista, caso do ministro da Guerra de Café Filho, o general Lott. Zenóbio, na época, era inspetor-geral do Exército e integrava um grupo de militares que defendia a eleição e posse dos eleitos, o Movimento Militar Constitucionalista (MMC). Após a entrevista de Boto, Zenóbio divulgou um boletim conclamando os militares a preservar a legalidade. Afirmava que as Forças Armadas garantiriam a posse dos eleitos e dizia que a legalidade, quaisquer que fossem as circunstâncias, seria mantida pela “decisão inquebrantável da esmagadora maioria da nação e das Forças Armadas”. Concluía pedindo apoio para o general Lott. O presidente Café Filho havia determinado que os militares não se pronunciassem sobre política. O boletim do inspetor-geral enfraqueceu a posição de Lott e o ministro foi obrigado a aceitar a exoneração de Zenóbio.

Manifestações políticas de militares era o que mais havia. O estopim final da crise de 1955 veio de mais um discurso político de militar. O general Canrobert, que havia chamado a atenção, em agosto, para as inúmeras intervenções dos militares na vida política brasileira, morreu em outubro vítima de câncer. Durante seu enterro, no dia 1º de novembro, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede fez um discurso provocador atacando “a insensatez e o desvario das paixões desenfreadas que ameaçam de ruína os próprios destinos do país”. Mamede qualificou o golpe de 1954 que levou Getúlio Vargas ao suicídio como um “pronunciamento extralegal, sem dúvida, mas plenamente justificado” e distorceu o discurso de agosto do falecido Canrobert sugerindo que a “vitória da minoria” era uma “indiscutível mentira democrática” e que “o voto do analfabeto, proibido por lei”, era uma “pseudolegalidade patente”. Lott estava presente e havia feito um discurso protocolar. Ficou furioso com a fala de Mamede e decidiu punir o coronel.

Mamede tinha uma trajetória assemelhada à de outros oficiais: apoiou a Revolução de 1930, mas, ao voltar da Itália, onde integrou o 3º Escalão da FEB durante a Segunda Guerra Mundial, tornou-se antigetulista e simpatizante da UDN. Participou, a partir de 1948, do grupo de oficiais que estruturou a Escola Superior de Guerra (ESG), tornou-se um de seus instrutores e foi um dos formuladores da chamada Doutrina de Segurança Nacional, substrato ideológico da ditadura militar que se implantaria no Brasil poucos anos depois – como veremos no próximo capítulo. Quando fez o discurso na beira do túmulo de Canrobert, Mamede estava servindo na ESG, instituição subordinada ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e por isso, inicialmente, Lott julgou que a punição do coronel não poderia ser aplicada por ele. Aguardou a passagem

do dia de Finados e, no dia 3, procurou o presidente da República para solicitar a punição. Foi surpreendido com a informação de que Café Filho havia sido internado, com dores no peito, supostamente em função de um infarto, sobre cuja efetividade persistiriam constantes suspeitas. Café era de fato cardíaco. Entretanto, ao que tudo indica, antevia a possibilidade de uma ação ilegal contra a posse de JK. Segundo Carlos Lacerda, ele rejeitava a ideia de liderar um golpe, em função de suas críticas ao Estado Novo.

Cinco dias depois, Café Filho comunicou que necessitava de mais tempo para se recuperar da doença e transmitiu o governo ao presidente da Câmara: na medida em que ele próprio substituíra Getúlio Vargas por ser seu vice-presidente, a próxima autoridade na linha sucessória era o deputado Carlos Luz, que foi imediatamente empossado como presidente interino. Luz havia sido eleito presidente da Câmara no início de 1955, derrotando o candidato que era apoiado por Juscelino Kubitschek.

Logo passaram a circular boatos de que o novo presidente demitiria o general Lott como etapa inicial de uma manobra golpista que impediria a posse de Juscelino Kubitschek. No dia seguinte, 9 de novembro, Lott encontrou-se com Carlos Luz para pedir a punição de Mamede. O presidente interino alegou que não poderia decidir sem ouvir o procurador-geral da República. Lott perdeu a paciência, acusou Carlos Luz de querer impedir a posse de JK e disse que não seria ministro de um governo golpista.

A crise estava inteiramente instaurada. Na manhã desse mesmo dia 9, a *Tribuna da Imprensa* havia publicado mais um artigo de Lacerda com o insolente título de “Não podem tomar posse”. No texto, o deputado mostrava, uma vez mais, o seu gosto pelas anáforas: “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse”. Ao longo da tarde, Lott foi dado como demissionário, mas o ministro aguardava a resposta de Carlos Luz, que acabou por marcar uma reunião com ele para o dia seguinte às dezoito horas. Luz planejou humilhar Lott, na expectativa de que o general se demitisse, fazendo com que ele aguardasse muito tempo num salão do Palácio do Catete – afinal, todos conheciam a preocupação do general com a pontualidade. Lott esperou pacientemente. A Rádio Nacional, por ordem do Catete, informava ao vivo sobre a constrangedora espera. Finalmente recebido, Luz e Lott tiveram diálogo desagradável. O presidente disse que a punição de Mamede era indevida e o ministro pediu demissão. Seria substituído pelo general Fiúza de Castro e a transmissão do cargo ficou marcada para o dia seguinte, 11 de novembro, às quinze horas.



Lott foi para casa disposto a transmitir o cargo, mas, convencido pelo marechal Odílio Denis, comandante da Zona Militar do Leste, que era seu vizinho, resolveu agir. Vários generais estavam reunidos na casa de Denis e apoiaram a decisão. Além da questão da legalidade da posse de JK, outros componentes os estimulavam: um coronel estava “derrubando” um general. Além disso, a espera a que Carlos Luz submeteu Lott terminou por humilhar o próprio Exército. Ademais, havia um conflito potencial entre as três forças, já que os ministros da Aeronáutica e da Marinha eram favoráveis à tese da ilegalidade da eleição de JK. Lott seguiu de madrugada para o Ministério da Guerra e ordenou que o Palácio do Catete fosse cercado. Tropas do Exército rapidamente tomaram os pontos estratégicos da capital da República. Fiúza foi preso. Carlos Luz, virtualmente deposto, resolveu refugiar-se no Ministério da Marinha juntamente com alguns ministros e o deputado Carlos Lacerda. O presidente interino dizia que tinha sido traído e que não se entregaria. Decidiu deixar o Rio e dirigir-se para São Paulo, pois supunha ser possível instalar lá o seu governo, já que o ministro da Marinha o informara de que os fortes de Santos permaneciam fiéis a ele.

Essa é a razão de o grupo ter decidido embarcar no cruzador Tamandaré. Estavam a bordo, além de Carlos Luz, os ministros Prado Kelly (Justiça), Marcondes Ferraz (Viação), Munhoz da Rocha (Agricultura), os chefes do Gabinete Civil, Monteiro de Castro, do Gabinete Militar, José Canavarro, e o deputado Carlos Lacerda. O extremado Pena Boto, igualmente a bordo, havia determinado que a Marinha entrasse em prontidão no dia 11, mobilizando 9 destróieres, o cruzador Barroso e o próprio Tamandaré. Por volta das treze horas do dia 11, ele expedira uma ordem do dia na qual registrou que o objetivo do navio era instalar o governo fora do Rio, “onde fosse possível resistir com eficácia ao golpe militar que fora desfechado pela madrugada contra a ordem constitucional [...] [por meio de] assalto e ocupação do palácio sede do governo [e da] frustrada tentativa de prisão do presidente legal e constitucional da República”.

Como vimos, Lott não hesitou em mandar atirar no navio, pondo em risco a vida dos embarcados, mas o Tamandaré escapou e não reagiu. Carlos Luz, entretanto, logo percebeu que havia sido derrotado. O governador de São Paulo, de quem dependia a instalação do governo federal em Santos, não se definiu em relação ao apoio. Além disso, durante a tarde do dia 11, a Câmara e o Senado declararam o impedimento de Carlos Luz e, em consequência,

o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, tomou posse como novo presidente da República – o terceiro em 15 meses desde o suicídio de Getúlio Vargas. Segundo a Constituição de 1946, o vice-presidente da República presidia o Senado. Na ausência deste, o vice-presidente do Senado era quem deveria assumir o poder. À noite, Luz reuniu seus companheiros no navio e decidiu desistir. Determinou que o Tamandaré retornasse ao Rio e escreveu a Eduardo Gomes – que havia se deslocado para São Paulo – e ao ministro da Marinha para que cessassem a resistência. Na manhã do dia 13, um domingo, quem passava pela praia de Copacabana pôde ver a tripulação no convés do cruzador cantando o hino da Marinha, o “Cisne Branco”. Mamede e Canavarro foram presos, Carlos Lacerda conseguiu asilo em Cuba (antes de este país se tornar comunista) e Luz renunciou à presidência da Câmara dos Deputados. Café Filho, passada a tormenta, foi dado por recuperado pelos seus médicos e decidiu reassumir a Presidência da República, mas a Câmara e o Senado, sob intensa pressão de Lott, declararam que ele não era mais o presidente. Lott classificou a derrubada do presidente interino e a definitiva interdição de Café Filho como movimento de “retorno aos quadros constitucionais vigentes”. Foi, na verdade, um golpe de Estado duplo, apesar de ter o propósito de garantir a posse do presidente legitimamente eleito.

Esses episódios davam prova da grande fragilidade institucional da incipiente democracia brasileira, a “crise permanente das instituições”, como disse Afonso Arinos de Melo Franco, ou a “melancólica trajetória nacional”, de acordo com o historiador Francisco Iglésias. Em 1955, para garantir algo aparentemente simples – a posse do presidente eleito –, foi necessário um ato ilegal de força. Episódios rocambolescos, como o do Tamandaré, e declarações subversivas, como as de Pena Boto e Carlos Lacerda, evidenciavam o desapego à democracia desses quadros políticos. Ironicamente, para garantir a legalidade, Nereu Ramos, a partir de 14 de novembro, governou sob estado de sítio e com a imprensa censurada. Nos 30 anos seguintes, o Brasil viveria os rescaldos desse ano crítico.

